


DESENCANTAMENTO DO MUNDO E OBJETIVIDADE CIENTÍFICA EM MAX WEBER

MAX WEBER'S DISENCHANTMENT OF THE WORLD AND SCIENTIFIC OBJECTIVITY

Daniel Soares Rumbelsperger **RODRIGUES**
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), Brasil
danielsoaresrodrigues@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8657-8839> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Defendendo a centralidade da filosofia da ciência do neokantiano Heinrich Rickert na reflexão epistemológica e metodológica de Max Weber, o artigo analisa a forma que o problema da objetividade (tanto científica quanto axiológica) assume no pensamento weberiano. Ademais, o trabalho sustenta a tese de que Max Weber inova na sua tentativa de salvar a noção de verdade (no âmbito das ciências culturais) ao mesmo tempo em que nega (contra Rickert) a possibilidade da validade objetiva e universal de valores, os quais, no entanto, são constitutivos daquelas ciências enquanto tais.

PALAVRAS-CHAVE: Max Weber. Objetividade científica. Desencantamento do mundo. Valores. Tipo ideal.

ABSTRACT

Defending the philosophy centrality of the science of the neokantian Heinrich Rickert on the epistemic and methodological reflection of Max Weber, this article analyses the way that the objectiveness problem (scientific as much as axiological) takes over in the weberian thought. Moreover, the work support the thesis that Max Weber innovates in his effort to save the notion of truth (on the range of cultural sciences) at the same time refusing the possibility (against Rickert) of objective validity and universal values, which, however, are constitutive of those sciences as it is.

KEYWORDS: Max Weber. Heinrich Rickert. Scientific objectiveness. Disenchantment of the world. Ideal type.

1 INTRODUÇÃO

A influência do neokantiano Heinrich Rickert sobre as formulações epistemológicas e metodológicas de Max Weber já foi profunda e satisfatoriamente registrada e examinada por ao menos dois minuciosos trabalhos de fôlego (OAKES, 1988; BURGER, 1976). O próprio Weber, em diversos momentos de seus textos voltados para os problemas de teoria da ciência (*Wissenschaftslehre*), refere-se aos trabalhos de Rickert como sendo a base fundamental de suas próprias reflexões e tomadas de posição (WEBER, 1991, p. 4; WEBER, 1992, p. 9-10; WEBER, 1995, p. 268). Tendo isso em vista, este trabalho avança uma interpretação da forma que o problema da objetividade (tanto axiológica quanto científica) assume no pensamento weberiano; nesse sentido, discute como Weber argumenta (sobretudo por meio do conceito de *tipo ideal*) pela pertinência da noção de *verdade* (nas ciências sociais) mesmo alegando que, por uma questão de fato, há uma impossibilidade incontornável de se fundamentar racionalmente, *no mundo moderno*, seja por meio da ciência empírica seja mediante uma filosofia da história, a validade objetiva de valores, os quais são constitutivos das ciências sociais enquanto tais.

O artigo divide-se em quatro partes. Na sequência desta introdução, o trabalho discute as razões que levaram Weber às discussões em teoria do conhecimento e analisa a estruturação interna de sua filosofia da ciência, indicando as teses de Rickert por ele absorvidas. Na terceira seção, o artigo investiga a consequência epistemológica da tese que o conceito (simultaneamente histórico e típico-ideal) de *desencantamento do mundo* sintetiza, expondo a moldura específica que o problema da objetividade (nas ciências sociais) assume nas reflexões de Weber e debatendo sua proposta original de solução deste problema. Nas breves considerações finais, sugiro – de maneira apenas indicativa – a leitura de Weber a partir não só da distinção de Kant entre verdade formal e verdade material, mas também dos aportes trazidos pelo realismo transcendental, que usa o método kantiano para – na direção contrária do próprio Kant – afirmar uma ontologia independente da epistemologia.

2 A FILOSOFIA DA CIÊNCIA DE MAX WEBER: SUAS RAZÕES E SUA ESTRUTURA LÓGICA

Os escritos de Max Weber voltados para a discussão de questões de teoria do conhecimento não expressam uma intenção sistemática, mas são volumosos e perpassam praticamente todo o período de sua atividade intelectual, dando a medida do quanto ele sempre esteve envolvido em disputas teóricas neste campo específico da filosofia¹. No entanto, e essa é uma das questões que mais intriga a literatura secundária, qual o sentido de tamanho esforço quando se cultiva o maior dos ceticismos quanto ao valor das discussões epistemológicas e metodológicas para o trabalho empírico e científico propriamente dito (no qual, sem dúvida, Weber afinal de contas estava realmente interessado)? Com efeito, Weber declarava que não sabia nada sobre filosofia (VANDENBERGHE, 1999b, p. 62), fazia questão de separá-la radicalmente (enquanto disciplina preocupada especulativamente com problemas relativos ao sentido último da vida e do mundo) do empreendimento propriamente científico voltado para a ordenação racionalmente válida da realidade empírica (WEBER, 2006b, p. 104), admitia que não tinha treino no trato de problemas relativos à teoria do conhecimento (WEBER, 1958, p. 102) e, por fim e mais importante, alegava que

a metodologia² não pode jamais ser outra coisa que a autorreflexão sobre os meios que *têm sido confirmados* na prática, e a consciência explícita destes não é pré-requisito para um trabalho frutífero da mesma maneira que o conhecimento da anatomia não o é de um caminhar “correto” (WEBER, 1958, p. 104 – grifos do autor; tradução nossa).

¹ Os *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* [Ensaio Reunidos em Teoria da Ciência] são compostos pelos mais importantes trabalhos de Weber sobre o tema: o clássico sobre *A “objetividade” do conhecimento nas ciências e na política sociais*, publicado em 1904 como ensaio de apresentação dos *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* [Arquivos para Ciências Sociais e Políticas Sociais] quando seu corpo editorial passou a ser dirigido por Werner Sombart, Edgar Jaffé e pelo próprio Weber; o artigo intitulado *O método histórico de Roscher*, de 1903; a primeira e a segunda partes do ensaio sobre *Knies e o problema da irracionalidade*, publicadas em 1905 e 1906; a monografia crítica sobre temas levantados pelo trabalho de Eduard Meyer, *Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura*, de 1906; a polêmica com Stammler, publicada em 1907, intitulada *A “refutação” de Stammler da concepção materialista da história*; o ensaio precursor do capítulo primeiro de *Economia e Sociedade*, de 1913, intitulado *Sobre algumas categorias de sociologia compreensiva*; o escrito sobre *O sentido da “neutralidade axiológica” nas ciências sociológicas e econômicas*, de 1917; o clássico *A ciência como vocação*, conferência proferida em 1917 e publicada em 1919.

² Importante lembrar a advertência de Seneda (2008, p. 100) segundo a qual, para Weber, a “metodologia designa tanto os procedimentos particulares de uma ciência quanto a reflexão sobre esses procedimentos”, o que se harmoniza perfeitamente, como veremos, com a definição que Rickert atribui à metodologia enquanto ramo da lógica.

Na sequência imediata desta passagem, Weber completa, indicando ainda mais diretamente o que está em jogo na sua posição:

Quem quiser controlar continuamente sua maneira de caminhar mediante conhecimentos anatômicos corre o risco de tropeçar, e algo semelhante ocorrerá, por certo, ao especialista que intentasse determinar extrinsecamente as metas de seu trabalho sobre as bases de considerações metodológicas (WEBER, 1958, p. 104; tradução nossa).

Qual o propósito, então, de tamanho esforço despendido em um trabalho cujos resultados são tão enfaticamente concebidos como estéreis e sem razão de ser para o trabalho prático (empírico e científico) que realmente interessa? Qual o valor, afinal, para a *práxis* da pesquisa, de discussões estritamente epistemológicas e metodológicas?

Com efeito, Weber apenas se volta tão exaustivamente (e por toda a sua vida) para a discussão de problemas de ordem epistemológica e metodológica (mesmo afirmando em diversos contextos que tal discussão apenas tem sentido como meio de se trazer à tona os princípios e as normas lógicas que já operam na *práxis* científica) por se ver num contexto (que passou à história sob a expressão *Methodenstreit* – ou “controvérsia metodológica”) de *crise epistemológica das ciências sociais* (DRYSDALE, 2007, p. 32-33; COLLIOT-THÉLÈNE, 1995, p. 30-32; OAKES, 1977, p. 12), crise esta que consistia na crença generalizada (*entre os estudiosos* do campo das ciências sociais) de que o único critério possível de cientificidade é a construção de *leis gerais*, entendidas como a maneira exclusiva de se estabelecer *conexões causais* entre eventos. Como se sabe, a *Methodenstreit* opunha a Escola histórica e a Escola austríaca de economia: a primeira (cujo membro de destaque da geração então mais jovem era Gustav Schmoller) enfatizando as particularidades e contingências da história no entendimento dos fatos econômicos (ou em si mesmas ou como meio para se chegar à apreensão de regularidades e leis gerais) e a segunda (encabeçada por Carl Menger) privilegiando as teorias abstratas e os modelos dedutivos para análise das formações e ações econômicas. A *Methodenstreit* foi de importância crucial no desenvolvimento das ideias weberianas e, como indicou Cohn (2003, p. 100), foi uma modulação “do persistente tema do pensamento alemão da época, do confronto entre historicismo e naturalismo positivista”; aqui, o essencial – vale repetir – dizia respeito à questão de determinar (numa época de limites disciplinares relativamente

imprecisos) se as ciências sociais deveriam proceder (metodologicamente) de maneira nomológica ou histórico-individualizadora³.

Sem dúvida, para Weber, “a história e as disciplinas a ela relacionadas” (WEBER, 1992, p. 91; tradução nossa) estavam “enfermas” e seu “tratamento”⁴ dependia do *esclarecimento lógico* de que o conhecimento nomológico não é a única forma possível de se fazer ciência. No seu clássico ensaio sobre *a lógica das ciências da cultura*, Weber lamenta a adesão, por parte dos historiadores, ao “suposto tácito” de acordo com o qual

a “história” é uma disciplina limitada a mera coleta de materiais, ou puramente descritiva, que, no melhor dos casos, recolhe fatos que serviriam como ladrilhos para o trabalho “propriamente” científico, o qual somente então começaria. E, por desgraça [e aqui é que está o problema, para Weber], os próprios historiadores profissionais, pelo modo em que intentaram fundar a especificidade da “história” no sentido *especializado* do termo, contribuíram não pouco para afirmar o preconceito de que o trabalho “histórico” se diferencia qualitativamente do “científico” porque “não interessa” à história “conceitos” e “regras” (WEBER, 1958, p. 103 – grifo do autor; tradução nossa).

Ainda neste ensaio, Weber afirma contundentemente que

tais discussões [epistemológicas ou metodológicas] tendem a ser importantes para o cultivo da ciência somente quando, como resultado de deslocamentos notáveis dos “pontos de vista” a partir dos quais certa matéria se torna objeto da exposição, surge a ideia de que esses “pontos de vista” novos exigem também uma revisão das formas lógicas dentro das quais se desenvolvia o modo de “cultivo” consagrado, o que lança incerteza sobre a essência do próprio trabalho. É indiscutível que tal estado de coisas se apresenta hoje na história [ou melhor, na história do fazer historiográfico], e a opinião que sustenta Meyer acerca da insignificância de princípio da metodologia para a “práxis” não o tem impedido, com todo direito, de ocupar-se agora ele mesmo de metodologia (WEBER, 1958, p. 104; tradução nossa).

³ Quanto a isso, cf. também Borchardt (2012). Para uma análise da sociologia econômica de Max Weber, cf. Swedberg (2005).

⁴ Essa metáfora da “doença” (e da necessidade de um “tratamento médico”) para referir-se à situação das ciências culturais (que Dilthey chamava de “ciências do espírito”) no interior da controvérsia da *Methodenstreit* é usada por Weber logo no início do seu ensaio a propósito da obra em metodologia do historiador Eduard Meyer (*Zur Theorie und Methodik der Geschichte – Para uma Teoria e Metodologia da História*). No ensaio, Weber refere-se ao texto de Meyer como o “informe clínico feito pelo próprio paciente e não pelo médico” (WEBER, 1958, p. 102; tradução nossa); trata-se, então, de um “relatório diagnóstico” ou de uma “descrição da doença” feita pelo próprio paciente e cuja “cura” (OAKES, 1977, p. 12; tradução nossa) tem de ser procurada nas “realizações mais significativas da teoria do conhecimento especializada” (WEBER, 1958, p. 102; tradução nossa) – realizações estas que são, para Weber, aquelas do neokantismo de Wilhelm Windelband e Heinrich Rickert.

Ou seja, discussões epistemológicas e metodológicas *apenas* são importantes para a prática científica concreta *quando* novos pontos de vista lançam incerteza com relação às formas lógicas dentro das quais se desenvolvia, até então, o método científico consagrado. Quais são esses novos pontos de vista? Diz Weber que “as teorias recentes que têm procurado transformar a ciência histórica a partir de pontos de vista metodológicos” (WEBER, 1958, p. 104-105; tradução nossa) afirmam que

- 1) Não têm importância para a história e, por conseguinte, são estranhos a uma exposição científica:
 - a. O “acidental”;
 - b. As decisões “livres” de personalidades concretas;
 - c. A influência das “ideias” sobre as ações dos homens.
- 2) Pelo contrário, são objetos próprios do conhecimento científico:
 - a. Os “fenômenos de massa” por contraposição às ações “individuais”;
 - b. O “típico” por contraposição ao “singular”;
 - c. O desenvolvimento de “comunidades”, em especial de “classes” sociais ou “nações”, por contraposição à ação política dos indivíduos;
- 3) E, por fim, posto que desde o ponto de vista científico o desenvolvimento histórico somente é inteligível de maneira causal, concebido como um processo que se desenvolve “legalmente” [conforme leis gerais], o fim próprio do trabalho histórico é descobrir as “etapas de desenvolvimento” das comunidades humanas, etapas que se sucedem de maneira “típica”, necessária, e incluir nelas a diversidade do histórico (WEBER, 1958, p. 105; tradução nossa).

Encontramos aí a descrição pormenorizada do “preconceito naturalista” (WEBER, 2006b, p. 79) de acordo com o qual apenas o conhecimento causal baseado em leis gerais constitui o procedimento científico em sentido próprio. Por isso é que, em seus escritos em filosofia da ciência, Weber não tinha intenções estritamente filosóficas (ou sistemáticas) e discutia diretamente com cientistas práticos (nunca com filósofos): porque se tratava exatamente de fazer uso de discussões epistemológicas e metodológicas para solucionar problemas da pesquisa prática, isto é, para esclarecer as disciplinas (do âmbito das ciências culturais) no que tange ao equívoco que alimentavam, qual seja, a de considerarem que conhecimento científico válido é apenas aquele produzido pelas ciências naturais⁵.

⁵ Como se sabe, muitos dos textos fundamentais de Weber em filosofia da ciência são, na verdade, resenhas críticas das posições de autores (como Eduard Meyer, Roscher, Knies, Stammler, Gottl, Münsterberg e outros mais) contra os quais ele se coloca e a partir dos quais ele constrói sua própria posição, a qual, como argumento, é substancialmente informada pelo neokantismo de Rickert. Ainda no ensaio sobre *a lógica das ciências da cultura*, Weber afirma que o seu “propósito”, ali, é o de aproveitar o trabalho de Meyer para, através da crítica, “oferecer aos especialistas das disciplinas afins [afins à história] a possibilidade de entrar em contato com toda uma série de pontos, com o intuito de resolver certos problemas lógicos que eles compartilham com os ‘historiadores’ no sentido estrito do termo” (WEBER, 1958, p. 103; tradução nossa).

E foi no neokantismo de Rickert (que é um desenvolvimento do programa de Windelband) que Weber encontrou este esclarecimento, inserindo-se num movimento de época (característico da filosofia da ciência alemã) que buscava justamente, contra o positivismo de autores como Stuart Mill e o próprio Kant, estabelecer as bases de cientificidade (isto é, da autonomia epistemológica e metodológica) das ciências sociais.

A metaciência neokantiana origina-se como uma tentativa de estabelecer tanto o status científico quanto a autonomia metodológica das disciplinas socioculturais, especialmente da história. Embora a filosofia da ciência alemã do século XIX encontre numerosos teóricos perseguindo precisamente estes objetivos, o projeto neokantiano pretende-se único, em virtude de sua adesão estrita e manifesta ao caminho da filosofia transcendental de Kant (CIAFFA, 1998, p. 41; tradução nossa).

Assim, não se deve levar ao pé da letra a negação weberiana acerca do interesse das reflexões epistemológicas e metodológicas para a *práxis* científica concreta, o que nos leva à conclusão, portanto, de que, para Weber, *concepções epistemológicas e metodológicas equivocadas levam a práticas científicas igualmente equivocadas*. Foi o equívoco, difundido entre os profissionais da área, de que a história e as disciplinas afins não eram empreendimentos científicos, porque não procediam por generalização, a circunstância que gerou a “incerteza quanto à essência do próprio trabalho historiográfico” (WEBER, 1958, p. 104; tradução nossa) e, portanto, a crise fundamental da *Methodenstreit* – essencialmente marcada pela querela de saber se as ciências sociais deveriam ou não (ou em que medida e em que sentido deveriam) pautar-se pela formulação de conhecimentos nomológicos. O projeto weberiano, portanto, foi o de procurar trazer à tona os princípios e as normas lógicas que subjazem o conhecimento no âmbito específico das ciências históricas da cultura – princípios e normas estes, portanto, que operam na prática dessas ciências sem que os próprios pesquisadores estejam (ou precisem estar) deles cientes: a sua “consciência explícita não é pré-requisito para um trabalho frutífero da mesma maneira que o conhecimento da anatomia não o é de um caminhar ‘correto’” (WEBER, 1958, p. 104; tradução nossa).

Neste sentido, Seneda acerta em cheio ao defender que “a polêmica é propositalmente construída como modo de consideração metateórico em Max Weber. A polêmica, por conseguinte, nada tem de ocasional; trata-se, na realidade, de um método de estudo: ela permite que o procedimento analítico parta do que no meio alemão era então reconhecido por todos como produção de conhecimento especializada efetiva. Por isso seria um equívoco tomar os escritos em polêmica como a parte mais frágil da *Wissenschaftslehre*. Mais fecundo seria vê-los como escritos de descoberta, em que Weber intenta resolver problemas de fundamentação de ciências voltadas para a ação empírica” (SENEDA, 2008, p. 33).

Para fixar melhor este ponto, cumpre avançar no argumento em direção à estruturação da epistemologia weberiana. Max Weber apropria-se de três pressupostos rickertianos: sua concepção da realidade empírica, sua negação da pretensão realista e seu modo de conceber as diferenças (formais e substanciais) entre as ciências naturais e as ciências culturais. Assim, partindo de uma caracterização formal da realidade empírica imediatamente dada que a define como uma infinidade intensiva e extensiva de indivíduos espaciotemporais contínuos e heterogêneos vinculados entre si por relações (singulares) de causa e efeito e que guardam similaridades uns com os outros no que concerne tanto a essas relações quanto às suas propriedades constitutivas, Weber (com Rickert) nega a ambição realista de construir um conhecimento capaz de “reproduzir” ou “representar” a realidade e recoloca a questão do conhecimento em termos da *transformação simplificadora* objetivamente válida do real dado (RICKERT, 1945). A partir daqui, ambos sustentam que as ciências empíricas se dividem, a partir de seus “ideais lógicos” (WEBER, 1992, p. 7-8), em dois grandes grupos: ciências naturais (interessadas na generalidade destituída de valor) e ciências histórico-culturais (interessadas na individualidade significativa). Esta oposição não reflete as ciências empiricamente existentes, visto que se trata de uma diferenciação puramente formal referida a interesses cognitivos (metas cognitivas ou ideais lógicos) últimos. Trata-se, assim, de uma distinção típico-ideal, de modo que ciências estritamente naturais ou exclusivamente histórico-culturais não são encontradas na *práxis* científica – ver, por exemplo, a discussão rickertiana acerca dos “territórios intermediários” (RICKERT, 1945, p. 160-177). O próprio Weber sugere essa interpretação ao afirmar que “os avanços mais significativos da teoria do conhecimento especializada trabalham precisamente com imagens, formadas de maneira típico-ideal, das metas e procedimentos cognoscitivos das ciências particulares” (WEBER, 1958, p. 102-103; tradução nossa).

Se o interesse cognitivo generalizante (característico das ciências naturais) se converte imediatamente em princípio de transformação simplificadora, o mesmo não ocorre com o interesse cognitivo individualizante (distintivo das ciências históricas); aqui, torna-se necessário complementá-lo com o conceito de *cultura* – entendido como o conjunto dos objetos culturalmente significativos de uma dada formação societária. Identificando a realidade empírica com “o fluxo [duplamente infinito] do devir incomensurável [que] flui incessantemente ao encontro da eternidade” (WEBER, 2006b, p. 63), Weber concebe uma determinada formação societária como uma cristalização que necessariamente produz uma seleção naquele fluxo, isto é, que forçosamente erige e fixa “ordens empíricas” –

para falar como Foucault (2007) – que se destacam da infinidade do devir porque referidas a valores com relação aos quais todos os membros da formação societária em questão se sentem como que compelidos a tomar uma posição de valor. Do leque assim constituído (isto é, arbitrária e provisoriamente, porque sujeito à variação indiferente do “fluxo eternamente infinito do individual” – WEBER, 2006b, p. 63), o/a pesquisador/a, enquanto pessoa de cultura que, por definição, é dotado da “capacidade e da vontade de assumir uma *posição* consciente diante do mundo e de lhe conferir um *sentido*” (WEBER, 2006b, p. 56 – grifos do autor), tem de operar sua ordenação do material empírico a partir das suas próprias tomadas de posição de valor que hierarquizam a importância e a relevância daquelas ordens e dos objetos culturais que se lhe apresentam (WEBER, 2006b, p. 62; VANDENBERGHE, 1999b, p. 74)⁶.

No clássico ensaio sobre a objetividade, por exemplo, Weber (e esse é um tema sobre o qual nosso autor se debruça repetidamente ao longo de todo o texto) levanta a questão de quais devem ser os “critérios” de acordo com os quais as ciências culturais devem “isolar” o “fragmento” da “realidade infinita” e assim selecionar o “‘essencial’ no sentido de ‘digno de ser conhecido’” (WEBER, 2006b, p. 44-45)⁷. Contra a perspectiva de que o critério deve ser o da regularidade nomológica, diz, por um lado, que “a peculiaridade decisiva do método nas ciências da cultura, ou seja, nas disciplinas que aspiram a conhecer os fenômenos da vida segundo sua *significação cultural*” (WEBER, 2006b, p. 50 – grifos do autor), consiste no fato de que “a *significação* da configuração de um fenômeno cultural e a *causa* dessa significação (...) pressupõem a relação dos fenômenos culturais com *ideias de valor*” (WEBER, 2006b, p. 50 – grifos do autor); e, por outro, que “a *significação* que para nós tem um fragmento da realidade *não* se encontra nas relações que compartilha com o maior número possível de outros fenômenos” (WEBER, 2006b, p. 51 – grifos do autor).

Assim, Weber argumenta no sentido de que as ciências naturais e culturais se constituem como conhecimentos epistemologicamente e metodologicamente equivalentes porque igualmente capazes de construir, não obstante por vias distintas, conhecimentos

⁶ Esta maneira de apresentar a caracterização das ciências culturais, no entanto, não faz justiça à posição rickertiana, que, sem dar atenção às variações individuais, sustenta que os valores a partir dos quais as ciências culturais operam suas abordagens cognitivas do real têm caráter intersubjetivo (geral) e – em certa medida – objetivo (universal).

⁷ Esse tema da separação das ciências empíricas em dois grandes grupos a partir de dois tipos de metas cognitivas (ou ideais lógicos) que subjazem seus empreendimentos práticos também é ostensivamente retomado no ensaio de polêmica de Weber contra Wilhelm Roscher (WEBER, 1992, p. 06-09).

empíricos aptos a erigir verdades objetivamente válidas. Portanto, Weber afirma que as ciências naturais tanto quanto as ciências culturais expressam duas espécies de interesses por conhecimento (as primeiras pelas generalidades destituídas de valor e as segundas pelas individualidades significativas) que são igualmente legítimas *porque oriundas – enquanto formas do pensamento – do comprometimento com o valor de verdade*. O interesse cognitivo generalizante, por um lado, e o interesse cognitivo individualizante e o princípio da referência teórica a valores (*Wertbeziehung*⁸), por outro, constituem-se, para estes autores de matriz neokantiana, como *as formas necessárias do pensamento científico*, isto é, como as formas do pensamento que derivam necessariamente da aceitação da verdade como valor normativo (BURGER, 1976, p. 49-50). Foi da filosofia de Rickert, preocupada com o estabelecimento das condições de possibilidade do conhecimento em geral (que consistem das *formas constitutivas*) e do conhecimento científico em particular (que consistem das *formas metodológicas*)⁹, que Weber extraiu, pois, as “regras lógicas corretas” das ciências culturais (WEBER, 1958, p. 104). Trata-se, aqui, das “normas do nosso pensamento” (WEBER, 2006b, p. 63) de acordo com as quais as ciências (tanto naturais quanto culturais) produzem conhecimento *caso a verdade empírica seja concebida com valor normativo e caso* (na esfera das ciências culturais) os cientistas não estejam dominados pelos “preconceitos naturalistas” (WEBER, 2006b, p. 79) segundo os quais apenas leis e conceitos gerais constituem ciência em sentido próprio.

Para Weber, as “categorias subjetivas” (WEBER, 2006b, p. 104) unicamente por meio das quais é possível ordenar em pensamento o real dado (uma vez invalidada por princípio a pretensão de se reproduzir ou copiar a realidade empírica) e desse modo erigir conhecimento científico dotado de validade objetiva, que se tornam efetivas apenas sob o

⁸ O termo em alemão é costumeiramente traduzido para o inglês como *value-reference*, *value-relevance* ou *value-relation*. Em espanhol, a expressão costuma ser traduzida pelo termo *avaloración*. Em nota de rodapé, o tradutor de uma das obras de Rickert explica que emprega “a palavra *avaloración* no sentido da referência a valores. Por outro lado, *valoración* significa o estabelecimento dos valores. *Avaloramos* uma coisa quando a referimos a um valor, quando lhe damos importância por sua relação com um valor” (*in* RICKERT, 1945, p. 136). Tanto para Rickert quanto para Weber era fundamental distinguir entre a mera relação de determinado objeto a certo valor cultural e o procedimento avaliativo de emitir juízos de valor em termos de tomada de posição (certo e errado ou bom e ruim). Opto pela expressão *referência teórica a valores* por entender que ela enfatiza com mais vigor esta distinção que é tão destacada pelos autores cujas reflexões formam o centro da discussão do artigo.

⁹ As formas constitutivas seriam aquelas por meio das quais a realidade objetiva é constituída (como as formas da intuição – tempo e espaço – e as categorias do entendimento, como as de substância e causalidade, por exemplo), com as quais se ocuparia a epistemologia, e as formas metodológicas, âmbito de investigação da metodologia, constituiriam-se, por seu turno, na condição lógica de possibilidade do pensamento científico (cf. OAKES, p. 62-64).

pressuposto de que é valiosa a verdade empírica (“a verdade que só o conhecimento empírico nos pode proporcionar” – WEBER, 2006b, p. 104), isto é, que dependem constitutivamente (porque dela derivam) da adesão à verdade como valor normativo, e que representam o *pressuposto* do conhecimento científico (WEBER, 2006b, p. 104) são exatamente aquelas que Rickert designa como as *formas metodológicas* do entendimento: os interesses cognitivos individualizante e generalizante e o princípio da *Wertbeziehung* (referência teórica a valores)¹⁰. De acordo com Weber, portanto, estas são as formas do pensamento unicamente por meio das quais, no interesse da verdade empírica (e, no que diz respeito às ciências culturais, caso não se esteja sob a determinação daqueles pontos de vista “positivistas”), é possível abordar cognitivamente a realidade objetiva (categorialmente formada pelas *formas constitutivas*) e sobre ela produzir conhecimento dotado de validade objetiva (ou seja, válido independentemente de contextos culturais e/ou posições de valor individuais).

A ênfase de Weber no fato de o conhecimento científico e a crença na sua verdade constituírem-se como produtos histórico-culturais contingentes (e não expressarem, portanto, uma emanção da condição humana – ou do conhecimento humano – enquanto tal) nos permite, agora, indicar uma tese que subjaz a nossa hipótese de leitura; as “categorias subjetivas” a que Weber se refere são formas do pensamento (científico-cultural) que dependem de um ato da vontade (o estabelecimento da verdade empírica como valor normativo)¹¹ e de um esclarecimento lógico (que solape as bases da tese de

¹⁰ É fundamental destacar o caráter estritamente lógico e formal (distinto, portanto, de pretensões prescritivas ou normativas) da referência a valores no âmbito particular das ciências culturais; neste sentido, Ciaffa (1998, p. 59; tradução nossa) acerta em cheio quando afirma que “tal como elaborado por Weber, o princípio da referência a valores mais precisamente asseve que valores culturais historicamente contingentes funcionam de maneira análoga às categorias da razão pura de Kant. Embora sem a universalidade e a necessidade das categorias de Kant, as ideias de valores culturais de Weber [Weber’s *Kulturwertideen*] constituem as condições formais de possibilidade da pesquisa científico-social, na medida em que elas permitem a síntese da ‘realidade concreta’ em ‘realidade cultural’, e, assim, proveem os ‘dados brutos’ da análise empírica”. Noutro momento, o intérprete vai ainda mais ao ponto ao declarar que, para Weber (e também para Rickert), “o termo *Wertbeziehung* não designa meramente uma técnica metodológica empregada por historiadores para limitar seu tema de estudo e iniciar a pesquisa; antes, designa a pré-condição lógico-formal da pesquisa social empírica em geral. Isto quer dizer, de um ponto de vista neokantiano, que nós não podemos iniciar uma análise empírica da realidade concreta sem primeiro empregar, ainda que apenas implicitamente, o princípio da referência teórica a valores” (CIAFFA, 1998, p. 54; grifos e tradução nossos). O próprio Weber deixa isso claro ao afirmar que “a ‘objetividade’ do conhecimento no campo das ciências sociais depende antes do fato de o empiricamente dado estar constantemente orientado por ideias de valor que são as únicas a conferir-lhe valor de conhecimento” (WEBER, 2006b, p. 105).

¹¹ Quando Weber diz que “só é uma verdade científica aquilo que *quer* ser válido para todos os que *querem* a verdade” (WEBER, 2006b, p. 63 – grifos do autor), ele está exatamente enfatizando que é condição de possibilidade da verdade científica o comprometimento com o seu valor – ver também Jaspers (1989). Se não há um esforço em direção à formulação de conhecimento científico válido, o que supõe o comprometimento com o valor de verdade (e, por conseguinte, com a neutralidade axiológica), não há ciência nem verdade empírica. Trata-se, pois, de um esforço que é feito por quem adere ao valor da

acordo com a qual *apenas* o conhecimento nomológico pode reivindicar o estatuto de saber empírico objetivamente válido) para se imporem necessariamente ao pensamento na abordagem cognitiva da realidade empírica. E dependem ainda, por pressuposto, do surgimento e da consolidação de um contexto histórico-cultural que ergueu a verdade empírica (a verdade que só o conhecimento empírico nos pode proporcionar) ao patamar de única verdade acessível à razão (ou melhor, aos procedimentos cognitivos especificamente científicos). Isto é, a ciência e a crença na sua verdade são produtos de um contexto histórico específico – e não dados da natureza. Isso significa que as formas metodológicas que subjazem ao conhecimento científico-cultural e que se impõem ao pensamento sob aquele duplo pressuposto (da verdade empírica como valor normativo e do esclarecimento lógico) constituem-se como formas *a priori* e *históricas* do entendimento, isto é, formas *históricas* e *transcendentais* do pensamento. Aquilo que Rickert designa como *formas metodológicas* do entendimento é desenvolvido por Weber como categorias do entendimento (ou normas do pensamento) que, no entanto, dizem respeito não à condição humana em geral, mas sim (e exclusivamente) à condição humana sob aquele duplo pressuposto e *sob determinado contexto histórico-cultural*, a saber, a modernidade ocidental, da qual surgiu, como seu traço definidor, a racionalidade científica (a ciência e a crença na sua verdade). Logo, são *a priori* porque são as condições de possibilidade do conhecimento em pauta – são formas do pensamento incontornáveis que constituem o ato mesmo da formulação de conhecimento empírico (o ato mesmo de abordar cognitivamente, no interesse da verdade científica, a realidade empírica) e sem os quais a ciência (o tipo de saber especificamente científico) sequer existiria; mas, são *históricas* porque constituem um tipo de conhecimento (o científico) e um tipo de verdade (a científica) que são produtos histórico-culturais arbitrários e contingentes, do que se segue que nada há a oferecer “àquele que considere que essa verdade não tem valor” (WEBER, 2006b, p. 104). Mas, se não há nada a oferecer àquele que considere que essa verdade não tem valor, é igualmente correto (e as formulações de Weber se dirigem exatamente neste sentido) que

verdade empírica (aquilo que *quer* ser válido) e que é dirigido àqueles que compartilham desse valor (todos os que *querem* verdade), pois “nada poderemos oferecer àquele que considere que essa verdade não tem valor” (WEBER, 2006b, p. 104) – o que não significa que a validade (objetiva) da verdade científica esteja condicionada à adesão ao valor da verdade por parte de outros que não os próprios cientistas, pois a ciência ergue a pretensão (compartilhada por Weber) de erigir um conhecimento (empírico) cuja validade independa de contextos histórico-culturais e posições ou opiniões individuais de valor (cuja validade seja, afinal, empiricamente *incondicional*). No entanto, Weber acerta ao destacar que a ciência nada tem a oferecer àqueles que recusam sua verdade – o fenômeno tão contemporâneo do negacionismo científico é disso perfeitamente ilustrativo; já se disse que, “enquanto ideia, o fascismo é invencível”; mas, isso já é outro assunto.

esta verdade vige enquanto tal independentemente de quaisquer crenças e/ou contextos culturais. Ou seja, a ciência depende de um ato da vontade (da consideração de que é valiosa a verdade empírica), de um contexto histórico-cultural específico (e, no caso das ciências culturais, do esclarecimento lógico a que nos referimos) e daquelas “categorias subjetivas” (que envolvem, no que tange às ciências culturais, referências a valores e ideias de valor), mas, a despeito dessa “dependência originária” (ou exatamente por causa dela), ergue para si a pretensão de construir conhecimentos empíricos que tenham uma validade que independe de posições axiológicas ou contextos culturais específicos (uma validade, portanto, *incondicional*). Conhecimento objetivo é conhecimento que profere uma verdade (empírica) cuja validade independe de posições de valor e/ou contextos culturais determinados, o que significa que, a despeito de crenças (mágicas, religiosas, culturais ou individuais) em contrário, as verdades científicas permanecem válidas por trazerem uma clareza inequívoca sobre o mundo empírico (natural ou social). Ou seja, dados tanto o contexto histórico-cultural em que surgiram a ciência e a sua verdade quanto o esforço cognitivo em produzir conhecimento empírico (o que supõe a adesão ao valor da verdade e, por conseguinte, a neutralidade axiológica) e o esclarecimento lógico de que as ciências culturais têm seu modo próprio de produzir conhecimento, estão estabelecidas as condições de possibilidade de um conhecimento capaz de erigir verdades sobre o mundo empírico cuja validade independe de opiniões individuais ou contextos socioculturais – ou seja, cuja validade é objetiva ou incondicional.

Numa fórmula eminentemente kantiana, a objetividade, portanto, é assegurada, no pensamento weberiano, pela objetividade das regras lógicas (das formas metodológicas) do pensamento científico, as quais pressupõem a validade do valor de verdade e consistem dos interesses cognitivos individualizante e generalizante e do princípio da *Wertbeziehung*. É interessante encaminharmos o final desta seção com uma citação de Weber que, embora longa, é particularmente elucidativa acerca da interpretação que o artigo procura avançar:

A validade *objetiva* de todo saber empírico baseia-se única e exclusivamente na ordenação da realidade dada segundo categorias que são *subjetivas* no sentido específico de representar o *pressuposto* de nosso conhecimento e de se ligar ao pressuposto de que é *valiosa* aquela verdade que só o conhecimento empírico nos pode proporcionar. Com os meios da nossa ciência, nada poderemos oferecer àquele que considere que essa verdade não tem valor, dado que a crença no valor da verdade científica é produto de determinadas culturas, e não um dado da natureza. Mas, o certo é que buscará em vão outra verdade que substitua a ciência naquilo que somente *ela* pode fornecer, isto é, conceitos e juízos que não constituem a realidade empírica nem podem reproduzi-la, mas que permitem *ordená-la pelo*

pensamento de modo válido. No campo das no campo das ciências sociais empíricas da cultura, a possibilidade de um conhecimento dotado de sentido daquilo que para nós é essencial na infinita riqueza do devir liga-se à utilização ininterrupta de pontos de vista de caráter especificamente particular que, em última instância, são orientados por ideias de valor (WEBER, 2006b, p. 104 – grifos do autor).

No entanto, no que diz respeito à objetividade das ciências culturais em particular, a argumentação tem de dar um passo adiante para responder à questão de como se pode garantir a validade objetiva de investigações científicas orientadas por valores culturais, os quais, divergentes, podem guiar distintos “recortes” e narrativas acerca do real. Neste particular, Rickert (1924; 1945; 1986) argumentou insistentemente e enfaticamente pela necessidade de uma filosofia da história que seja capaz (em “íntimo contato com as próprias ciências culturais” – RICKERT, 1945, p. 217-218) de elaborar um sistema de valores objetivos (formais e gerais) a partir dos quais se poderia aferir o grau de objetividade dos resultados das mais diversas pesquisas no âmbito das ciências histórico-culturais¹². Mas, e Weber?

3 A CONSEQUÊNCIA EPISTEMOLÓGICA DO DESENCANTAMENTO DO MUNDO E A CENTRALIDADE DA FORMAÇÃO CONCEITUAL

Max Weber nunca reconheceu a validade daquela pretensão universalista de Rickert. Desenvolvendo a noção de *desencantamento do mundo*, Weber nega enfaticamente quaisquer possibilidades, na modernidade ocidental, de argumentação racional (científica ou filosófica) em prol da validade objetiva de valores; muito esquematicamente, podemos afirmar que, no pensamento weberiano, aquela noção assume ao menos quatro acepções, quais sejam, a) a conversão do capitalismo numa

¹² Esse é um tópico complexo e é objeto de uma série de discussões na literatura especializada – no que diz respeito tanto a Rickert e Weber (por exemplo, WEISS, 2014; MATA, 2006) quanto a desdobramentos mais contemporâneos da controvérsia envolvendo valores e atividade científica (por exemplo, LACEY, 2003, 2005). A título de ilustração, apenas para indicar a posição de Rickert por suas próprias palavras, é interessante notar a seguinte passagem (dentre as muitas possíveis); referindo-se “ao problema da objetividade da história, ao conceito da história universal e ao conceito de um sistema das ciências culturais empíricas”, Rickert afirma que “temos de supor (...) a validade de valores objetivos e a possibilidade de irmos aproximando-nos cada vez mais do seu conhecimento. O progresso essencial nas ciências culturais, no que se refere à sua objetividade, à sua universalidade e à sua conexão sistemática, depende do progresso que se realize na elaboração de um conceito objetivo e sistematicamente organizado de cultura (...) Em suma: a unidade e a objetividade das ciências culturais está condicionada pela unidade e objetividade de nosso conceito de cultura, e estas, por sua vez, pela unidade e objetividade dos valores que avaliamos” (RICKERT, 1945, p. 209-210).

*jaula de ferro*¹³ que cristaliza e impõe o triunfo de uma racionalidade destituída de sentido e, portanto, irracional; b) a desmagificação das vias de salvação iniciada no judaísmo antigo (WEBER, 2006a, p. 117-128; PIERUCCI, 2003, p. 167-185) e levada às últimas consequências pela ética puritana ascética (WEBER, 1998, p. 505), a partir da qual desenvolveu-se o espírito do capitalismo, que é uma ética do trabalho que ocupou o papel (histórico) de propulsor central do capitalismo enquanto modo de produção ou sistema econômico; c) a transformação, operada pela ciência moderna, da realidade empírica em um mero mecanismo causal, ao lado da crença generalizada no seu poder de explicar e desvendar o funcionamento de quaisquer eventos empíricos; d) a progressiva e irremediável diferenciação e autonomização das diversas esferas de valor do mundo moderno – o *politeísmo dos valores* (SCHLUCHTER, 2000)¹⁴. O conceito de desencantamento do mundo¹⁵, pois, e é isso que aqui nos interessa, diz respeito ao

¹³ Ou, na tradução mais precisa de Pierucci, numa “rija crosta de aço” (cf. WEBER, 2004a, p. 165).

¹⁴ Deliberadamente, passo, aqui, ao largo debate, de que Pierucci (2003), Nobre (2004a; 2004b; 2006) e Sell (2013) são três dos principais protagonistas no Brasil, sobre o lugar e o significado do conceito de desencantamento do mundo na sociologia weberiana. Um balanço acurado desta discussão e o detalhamento do meu ponto de vista merecem um trabalho à parte. Aqui, gostaria apenas de indicar que, mais afim à perspectiva de Nobre (2004a; 2004b; 2006), entendo, contra Pierucci (2003) e Sell (2013), que o conceito de desencantamento do mundo não tem nem apenas dois significados (PIERUCCI, 2003) nem apenas um significado dotado, todavia, de uma dupla face ou uma dupla dimensionalidade histórica (SELL, 2013). Para além do seu significado (PIERUCCI, 2003) ou da sua dimensão (SELL, 2013) religioso/a e científico/a, vejo naquele conceito, enfatizando o que ele denota em termos de *perda ou destruição do sentido*, outros dois processos que ele se esforça em reter: o da progressiva autonomização das esferas de valor que atinge seu ápice no mundo moderno (e que desvincula *ética, estética e cognição*) e o da conversão do capitalismo numa “jaula de ferro”, que impõe a todos, como condição de possibilidade da “vitória na luta econômica pela existência” (WEBER, 2004a, p. 64), uma racionalidade irracional porque destituída de sentido. Ambos estes processos são decisivos no desenvolvimento do processo de modernização, o qual destruiu, em favor da liberdade individual, os sentidos últimos do mundo e da vida – num movimento que Koyré (2006) descreveu como de passagem do mundo fechado ao universo infinito; o preço da liberdade é a perda do sentido. O mundo encantado (mágico ou mitológico), pré-moderno, é prenhe e impregnado de sentido justamente porque não operou as divisões – entre “natureza” e “cultura”, “esse mundo” e “outro mundo” etc. (HABERMAS, 2000, p. 164) – definidoras da modernidade, deixando sem resposta um problema que não se colocava: “a questão do sentido só pode se colocar, paradoxalmente, a partir do momento em que esse sentido deixa de ser dado implicitamente e imediatamente pelo contexto social” (GAGNEBIN, 2012, p. 14). E esse significado central do conceito de *desencantamento do mundo* (de destruição ou perda do sentido) fica insuficientemente caracterizado nas interpretações que enxergam no seu escopo apenas as dimensões científica e religiosa (com destaque para a ética puritana do ascetismo intramundano). Em todo caso, esse “desencantamento do mundo” é apenas a forma weberiana de descrição e análise de um processo (que não é outro que o de modernização) ao qual os clássicos voltaram-se com igual vigor; em Marx, aparece como mercantilização abrupta (LEFORT, 1979) e expansiva do trabalho e dos meios de vida – contra o fenômeno da comunidade tribal (do qual as formações econômicas pré-capitalistas são variações ou modulações) no qual “o indivíduo simplesmente se relaciona às condições objetivas do trabalho como sendo a natureza inorgânica de sua subjetividade” (MARX, 2011, p. 397); em Durkheim, como processo de individuação e aprofundamento da solidariedade orgânica enquanto expressão e resultado da divisão social do trabalho – contra a solidariedade mecânica (DURKHEIM, 1999); em Simmel, como “tragédia da cultura” (SIMMEL, 1998) – em oposição ao “sentimento unitário da vida” (SIMMEL, 2010).

¹⁵ Tal como entendo, o desencantamento do mundo pode ser concebido como conceito sociológico (como tipo ideal, portanto) tanto quanto como conceito histórico. Volto à distinção entre sociologia e história na sequência.

surgimento e consolidação de um contexto histórico-cultural que obsta (*por uma questão de fato*) a fundamentação racional da validade objetiva de valores nos quais se basearia a objetividade das ciências culturais e dos quais se derivaria normas incondicionalmente válidas de conduta¹⁶. Assim, o desencantamento do mundo tem a consequência epistemológica fundamental de colocar em dúvida a validade objetiva de ciências necessariamente (isto é, *transcendentalmente*) referidas a valores na organização dos seus problemas, na seleção dos seus materiais empíricos e na construção de suas narrativas.

Tendo recusado a proposta rickertiana de desenvolver uma filosofia da história voltada para o estabelecimento de valores universais e objetivos, Weber, embora filiado ao neokantismo de Rickert, procura defender a noção de *verdade* pela argumentação de que a variabilidade e o conflito dos valores não obstam por princípio a especificação de normas incondicionalmente válidas ou transcendentais de pensamento que possam vir a responder pela objetividade das análises no âmbito específico das ciências sociais.

O intérprete Guy Oakes, por exemplo, neste particular, tenta sustentar que a tese weberiana pela inevitável relatividade dos valores implica necessariamente a impossibilidade de se instituir normas transcendentais (ou incondicionalmente válidas) de pensamento (OAKES, 1988, p. 149); segundo este autor, portanto, *os conflitos entre esquemas conceituais refletem os conflitos entre valores distintos*, o que impossibilita a validade objetiva no âmbito de ciências *logicamente* referidas a (e perpassadas por) valores culturais. E seria por isso, de acordo com Oakes, que Weber teria adentrado nas discussões em teoria do conhecimento: porque se vivia um momento de crise epistemológica em que gamas de valores (*e, portanto, estruturas conceituais e princípios de validade*) outrora hegemônicos encontravam-se em declínio enquanto estava em pleno alvorecer um novo paradigma teórico-conceitual. Interpretando famosa passagem do ensaio sobre a objetividade¹⁷, o intérprete entende que, para Weber,

¹⁶ Por isso, entendo (contra BURGER, 1976, p. 87-93) que Weber não apenas tomou posição acerca do problema da validade objetiva dos valores, como argumentou enfaticamente pelo anacronismo do empreendimento filosófico de se buscar, modernamente, a fundamentação racional da objetividade de valores.

¹⁷ A passagem encerra o ensaio sobre a objetividade: “numa época de especialização, qualquer trabalho nas ciências da cultura, após ter-se orientado para determinada matéria em seu modo determinado de propor os problemas, e uma vez adquiridos os seus princípios metodológicos, verá na elaboração dessa matéria um fim em si próprio, sem controlar continuamente e de modo consciente o valor cognitivo dos fatos isolados por sua referência às ideias de valor últimas e mesmo sem tomar consciência de sua ligação com essas ideias de valor. E é bom que assim seja. Mas, um dia a coloração muda: torna-se incerto o significado dos pontos de vista adotados irrefletidamente, o caminho perde-se no crepúsculo. A luz dos grandes problemas culturais deslocou-se para mais além. Então a ciência prepara-se também para mudar seu cenário e o seu aparelho conceitual, e fitar o fluxo do devir das alturas do pensamento” (WEBER, 2006b, p. 106-7).

esquemas conceituais nas ciências culturais têm seus momentos de juventude, maturidade e declínio, seus períodos de alvorecer, dia e crepúsculo. O cientista social que se perdeu no crepúsculo – o estudioso que não mais confia em seu próprio aparato conceitual – não pode mais tratar a solução de específicos problemas substantivos como intrinsecamente valiosa. Pelo contrário, ele torna-se cético acerca do valor ou do ponto de sua própria pesquisa. Em função desse ceticismo, “ele é compelido a fitar o fluxo dos eventos a partir das alturas do pensamento”. Posto de maneira menos dramática, ele é obrigado a questionar o valor de sua própria problemática (OAKES, 1977, p. 13-4; tradução nossa).

Nada mais equivocado que esta tentativa de atribuir a Weber um relativismo epistemológico precursor da filosofia da ciência de Thomas Kuhn (OAKES, 1977, p. 45). Na seção anterior, analisamos em detalhe a ênfase de Weber nas razões em função das quais ele se dedicou às discussões em filosofia da ciência. Agora, o que precisa ser sublinhado é que, para Weber, a relatividade axiológica *não* condena as ciências culturais ao relativismo – ou, dito de outro modo, que, para Weber, princípios de pensamento (e esquemas conceituais) não mudam ao sabor das transformações dos valores culturais que conformam arranjos e configurações culturais ao longo da história e guiam os agentes sociais em seus cursos de ação.

Para Weber, o que varia no “fluxo eternamente infinito do devir individual” (WEBER, 2006b, p. 63) são unicamente os valores culturais e as perspectivas (ou pontos de vista) de valor que guiam a pesquisa no âmbito das ciências sociais – ou das ciências históricas da cultura. Mas, esse relativismo axiológico não conduz necessariamente ao relativismo epistemológico, isto é, não inviabiliza a tese que argumenta pela validade objetiva das categorias do entendimento que possibilitam a ordenação objetiva da realidade empírica. O princípio da *Wertbeziehung* e o interesse cognitivo individualizante (isto é, o interesse cognitivo pelo que há de concreto, específico e individual na realidade empírica) não variam de acordo com as mudanças nos valores, sujeitos à aleatoriedade do fluxo do devir. Não são estas normas do pensamento que variam naquele fluxo, mas sim o conteúdo empírico dos conceitos e os valores (culturais) que guiam a conceituação (histórica) diante do caos múltiplo e duplamente infinito da realidade empírica – sendo destas variações que derivam os conflitos entre esquemas conceituais substantivos. Se, por um lado, no fluxo do devir empírico, necessariamente variam os problemas a serem investigados e os valores e contextos históricos no interior dos quais se legitimam a importância e a significação dos objetos e dos problemas científicos, bem como o conteúdo empírico dos conceitos construídos, do que se segue que o trabalho das ciências culturais é *infinito* (no sentido

estrito de que os seus valores de referência tanto quanto seus dados empíricos e, portanto, seus conteúdos conceituais variam constante e infinitamente ao longo do tempo¹⁸), por outro lado, as regras lógicas (*transcendentais e históricas*) das ciências culturais são, por definição, invariáveis (enquanto houver racionalidade científica). Sem dúvida, quando enfatiza que é *apenas* delimitando e resolvendo problemas concretos que a ciência desenvolve seu método¹⁹, Weber está precisamente ressaltando tanto que as ciências culturais são dotadas do dom da “eterna juventude” (porque seus problemas e valores de referência mudam incessantemente – WEBER, 2006b, p. 95) quanto que a transformação e revisão conceituais inerentes às pesquisas empíricas dependem do próprio trabalho investigativo – e não de discussões exclusivamente filosóficas, embora tais discussões, num contexto específico de crise epistemológica, sejam indispensáveis no esclarecimento da *práxis* científica. Todavia, permanecem invariáveis (porque transcendentais, apesar de históricas) as formas do pensamento científico – tal é a posição que, segundo nos parece, é a mais fiel às formulações weberianas.

Mesmo assim, subsiste a questão com o qual terminamos a seção anterior: como Weber resolve o problema da objetividade no âmbito de ciências cujas análises são guiadas por perspectivas de valor? Como decidir sobre a validade objetiva de investigações divergentes sobre o mesmo objeto (ou fenômeno) sociológico porque orientadas por valores distintos?

Se o conhecimento científico é submetido a valores culturais contingentes e variáveis, o que previne contra a degeneração da ciência em uma coleção de perspectivas potencialmente conflitantes e, em última instância, inconciliáveis? (CIAFFA, 1998, p. 73; tradução nossa).

¹⁸ Exemplar desta posição weberiana é a passagem na qual ele afirma conclusivamente que “o fluxo do devir incomensurável flui incessantemente ao encontro da eternidade. Os problemas culturais que fazem mover a humanidade renascem a cada instante e sob um aspecto diferente, e permanece variável o âmbito daquilo que, no fluxo eternamente infinito do individual, adquire para nós importância e significação, convertendo-se em ‘individualidade histórica’. Mudam também as relações intelectuais sob as quais são estudados e cientificamente compreendidos. Por conseguinte, os pontos de partida das ciências da cultura continuarão a ser variáveis no imenso futuro, enquanto uma espécie de imobilidade chinesa da vida espiritual não desacostumar a humanidade de fazer perguntas à sempre inesgotável vida” (WEBER, 2006b, p. 63-4). Ainda noutro momento do mesmo ensaio: “a realidade irracional da vida e seu contido de significações *possíveis* são inesgotáveis, e a configuração *concreta* das relações valorativas mantém-se flutuante, submetida às variações do obscuro futuro da cultura humana” (WEBER, 2006b, p. 105 – grifos do autor).

¹⁹ Nas palavras do autor: “somente delimitando e resolvendo problemas *concretos* se fundamentam as ciências, e só assim desenvolvem seu método; as reflexões puramente epistemológicas ou metodológicas, pelo contrário, jamais contribuem decisivamente para isso” (WEBER, 1958, p. 104 – grifo do autor; tradução nossa).

Quanto a isto, o primeiro passo é o de reconhecer que Weber coloca *na formação conceitual* (portanto, *na metodologia*) a centralidade que Rickert confere à filosofia dos valores. Enquanto Rickert entende que estas questões podem ser resolvidas por uma filosofia da história voltada para o estabelecimento de um sistema de valores objetivos, Weber desenvolve a ideia de que é apenas pela via da formação conceitual e da discussão factual que se pode julgar a validade objetiva das investigações no âmbito das ciências sociais. Ou, dito de outro modo, Weber condiciona a resolução do problema da validade objetiva à resolução do problema da formação conceitual, o que significa que a questão da objetividade é para ele passível de ser esclarecida apenas por meio da elucidação da função metodológica dos conceitos no âmbito das ciências culturais. Senão, vejamos:

Ao distinguir, em princípio, entre “juízos de valor” e “conhecimento empírico”, pressupomos até agora a existência de uma modalidade de conhecimento de validade incondicional, ou seja, que efetivamente exista a ordenação, em pensamento, da realidade empírica no domínio das ciências sociais. Essa suposição torna-se agora um problema, na medida em que temos que explicar o que *pode* significar no nosso domínio a “vigência” objetiva da validade que procuramos. Não escapará a ninguém que observa a luta por método, “conceitos básicos” e pressupostos, a contínua mudança dos “pontos de vista” e a contínua redefinição dos “conceitos” usados, e vê, como o modo de observação teórico e o histórico ainda estão separados por um abismo aparentemente insuperável, que o problema é real e não uma invenção quimérica: *duas* economias políticas, como lamentava um desesperado estudante vienense. Que significa aqui objetividade? É apenas a *essa* questão que se dirigem as exposições a seguir (WEBER, 2006b, p. 29-30 – grifos do autor).

Após estas prolongadas discussões, podemos finalmente dedicar-nos à questão que nos interessa *metodologicamente* a propósito do estudo da “objetividade” do conhecimento nas ciências da cultura. Qual é a função e a estrutura dos *conceitos* com os quais trabalha a nossa ciência, à semelhança de qualquer outra? Ou, para o dizer de outro modo e em função do problema decisivo: qual é a significação da teoria e da formação teórica dos conceitos para o conhecimento da realidade cultural? WEBER, 2006b, p. 64 – grifos do autor).

Na primeira das passagens acima, Weber, referindo-se ao estudante vienense, nos remete diretamente à oposição, a que aludimos anteriormente (quando do esboço daquilo em que consistiu a *Methodenstreit*), entre as distintas escolas de economia, que opunham-se essencialmente quanto à questão de se as ciências da cultura deveriam ou não (ou em que medida e em que acepção deveriam) se pautar pela formulação de conceitos e leis gerais. E Weber faz esta referência à angústia do estudante no instante seguinte àquele

em que formula como um problema o que vinha tomando como certo até então, a saber, que efetivamente existe uma modalidade de conhecimento de validade incondicional no âmbito das ciências sociais. E, no momento imediatamente posterior à menção ao estudante, Weber pergunta: “que significa aqui objetividade?” Logo, da resolução da questão central da *Methodenstreit* dependia a resolução do problema da objetividade; e resolver esta questão central significava superar o abismo aparentemente intransponível entre os modos de observação teórico e histórico. Quer dizer, significava resolver a delicada relação entre teoria (ou formação de conceitos) e história (disciplina supostamente voltada para um trabalho pré-conceitual porque demasiado específico e individual).

Na segunda das passagens acima, Weber é ainda mais explícito ao condicionar o problema da objetividade ao da formação conceitual – ao colocar, portanto, o problema da validade objetiva no âmbito da metodologia (e não no da filosofia dos valores, como fez Rickert). Na passagem, Weber indica que responder à questão que se refere à função lógica e à estrutura dos conceitos nas ciências culturais *significa elucidar (metodologicamente)* o enigma da validade objetiva do conhecimento no âmbito destas ciências. E a esta segunda passagem supracitada segue-se a parte final do ensaio sobre *a objetividade do conhecimento nas ciências e na política sociais*, em que Weber se debruça quase que exclusivamente sobre a função lógica e a estrutura interna especificamente da categoria de *tipo ideal*. Ou seja, Weber coloca o problema da objetividade do conhecimento nas ciências sociais no plano da metodologia – e não no da filosofia – e, neste movimento, dá especial destaque à formação conceitual em geral e à categoria de tipo ideal em particular, o que significa dizer que esta categoria é de importância vital na solução daquele problema.

É uma verdade apenas parcial que Weber encontrou na teoria do conhecimento neokantiana (na modulação de Rickert) a solução da *Methodenstreit*, pois, para o sociólogo, o filósofo não chegou a esgotar as regras lógicas de acordo com as quais a ciência da cultura constrói conhecimento (ou deveria construir, no interesse da verdade empírica e no interesse pelo que há de individualmente significativo na realidade empírica categorialmente constituída). Quer dizer, em seus escritos em teoria da ciência, Weber estabeleceu-se exatamente a tarefa de explicitar quais eram, para ele, as normas do pensamento sociológico, as quais consistiam, para ele, não apenas dos interesses cognitivos (individualizante e generalizante) e do princípio da *Wertbeziehung*, *mas também de todas as outras noções por ele desenvolvidas naqueles escritos*, como as de compreensão e explicação (e suas tantas variações), possibilidade objetiva, neutralidade

axiológica, causação adequada e – *sobretudo e fundamentalmente* – tipo ideal. E estabeleceu-se essa tarefa – essencial notar – sob o pressuposto do *individualismo metodológico*. Para Weber, esse marco metodológico não era apenas mais uma abordagem científica dentre outras igualmente possíveis; antes, era por ele concebida como a única abordagem legítima de uma ciência histórica da cultura (ou de uma ciência empírica da ação social) – como a única forma de submeter o mundo histórico-cultural à análise científica. Para ele, investigar cientificamente o que na realidade há de concreto, específico, individual e significativo implica necessariamente tratar de ações sociais. De acordo com Weber, o que a empreitada histórico-sociológica tem de investigar são sempre e necessariamente ações humanas – mas, as ações humanas no que elas têm de singular e significativo e não no que têm de genérico e subsumível a leis gerais, como fazia a psicologia naturalista da época, criticada por Weber em sua polêmica com Hugo Münsterberg (WEBER, 1992, p. 84-110). O ferramental metodológico (de que faz parte a noção de *tipo ideal*) que Weber desenvolve, portanto, está sempre voltado para o cumprimento da tarefa primordial da investigação histórico-sociológica: compreender interpretativamente a ação social e explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos (WEBER, 2012, p. 03; WEBER, 2006b, p. 86-7). Como explica Gabriel Cohn, referindo-se a uma tese de Carl Menger que o intérprete indica como particularmente decisiva para o pensamento weberiano, “há uma conexão lógica entre conceber o objeto de análise em termos de agentes individuais e conduzir a análise em termos tipológicos” (COHN, 2003, p. 105).

É por meio da noção de *tipo ideal*, então, que Weber desenvolve um recurso para fazer frente – pela via da metodologia – àquele problema que vimos Rickert tentar solucionar pelo caminho de uma filosofia da história. Para ele, assim como o individualismo metodológico não é uma perspectiva teórica dentre outras, mas, antes, o modo próprio unicamente por meio do qual as ciências culturais podem, no interesse da verdade empírica e desfeito o preconceito naturalista, proceder metodologicamente, a categoria de tipo ideal não é apenas mais uma forma (dentre outras possíveis) de construção conceitual no âmbito destas ciências. Antes, *é a forma conceitual necessária das ciências da cultura*; do mesmo modo que as ciências naturais sempre e necessariamente procedem pela formulação de leis e conceitos gerais do real destituído de valor, as ciências culturais sempre e necessariamente interessam-se pelo que de individual, concreto e significativo há na realidade empírica, *o que as compromete incontornavelmente com a formulação de conceitos típico-ideais*.

Quando o historiador (no sentido mais lato da palavra) rejeita a tentativa de formular um tipo ideal sob o pretexto de constituir uma “construção teórica”, ou seja, algo inútil e desnecessário para o fim concreto do conhecimento, resulta então como regra que ele utiliza, consciente ou inconscientemente, outras construções análogas *sem* as formular explicitamente e sem elaboração lógica, ou então fica encajado na área do vagamente “sentido” (WEBER, 2006b, p. 79 – grifo do autor).

É por meio dos tipos ideais, que são “imprescindíveis para a compreensão dos elementos significativos da realidade” (WEBER, 2006b, p. 95), que Weber elucida a função metodológica dos conceitos nas ciências sociais, respondendo assim ao problema da objetividade, que apenas pode ser resolvido – kantiano que é – por meio da prova da validade objetiva das categorias de pensamento que presidem a formação de conhecimento. E Weber aloca, ao lado dos interesses cognitivos (individualizante e generalizante) e do princípio da *Wertbeziehung*, a categoria de tipo ideal como uma das formas necessárias do pensamento histórico-sociológico. Na realidade, como insiste Bruun (2001), a distinção entre avaliação prática (em termos de juízos de valor) e referência a valores apenas se realiza mediante a construção de tipos ideais porque é somente por meio da categoria de tipo ideal que aquele princípio da *Wertbeziehung* se efetiva enquanto o modo pelo qual se constituem os objetos da análise das ciências históricas da cultura. Em todo caso, se o conteúdo empírico e valorativo dos conceitos das ciências culturais varia, sua forma não se modifica – e *esta forma é típico-ideal*: eis a tese de Weber.

O processo contínuo e infinito de revisão conceitual a que estão condenadas as ciências culturais (ao qual nos referimos linhas acima) processa-se, então, sempre sob a mesma forma – e, segundo Weber, é melhor que historiadores e sociólogos estejam disso conscientes, pois *concepções epistemológicas e metodológicas equivocadas levam a práticas científicas igualmente equivocadas*. Se os conceitos típico-ideais têm sempre de ser re-construídos (isto é, *superados*, dada a *renovação* constante dos dados empíricos e dos valores e perspectivas culturais a partir dos quais eles são investigados) e se, de maneira mais ampla, o sentido mesmo do trabalho científico é o de se ser contínuo e inacabado (o que significa dizer, vale enfatizar, que está fadado a ser infinitamente reformulado em face da renovação dos valores e dos aspectos sempre novos da realidade empírica que se apresentam)²⁰, a forma e as regras lógicas sob o escopo das quais se

²⁰ Na conferência sobre *a ciência como vocação*, quando compara o trabalho científico à arte, Weber determina o sentido específico da esfera científica: “o trabalho científico está preso ao curso do progresso, ao passo que no campo da arte não há progresso no mesmo sentido (...) Uma obra de arte que

processa esse trabalho infinito de superação conceitual são sempre as mesmas (WEBER, 2006b, p. 76-79; p. 83-89).

Por meio da categoria de tipo ideal, portanto, Weber acredita solucionar a questão central da *Methodenstreit*, que pergunta pelo lugar e pelo papel da formação de conceitos no trabalho especificamente histórico-sociológico; assim, Weber afasta de vez o “preconceito naturalista” de que a história faria um trabalho pré-conceitual (de descrições puramente factuais) que só começaria a tornar-se científico a partir da construção de regularidades, leis e conceitos gerais.

A formação conceitual é um processo que ilumina a realidade centrando-se em algumas facetas de um objeto cujas características são infinitas e, portanto, incognoscíveis em sua totalidade (...) Conhecimento objetivo de fenômenos socioculturais requer o uso de conceitos típico-ideais. Liberto das ilusões e dos “preconceitos naturalistas” associados à ingênua identificação entre conceito e realidade, é o uso de conceitos típico-ideais nas investigações científico-sociais que torna possível o conhecimento objetivo (DRYSDALE, 2007, p. 50-1; tradução nossa).

A distinção, muito importante, mas pouco notada, entre sociologia e história é particularmente esclarecedora. Trata-se, ela mesma, de uma distinção formal, já que ambos os empreendimentos (histórico e sociológico) são condição de possibilidade um do outro. Mas, esta separação teórica entre os dois tipos de conhecimento ajuda a dar inteligibilidade ao papel da formação conceitual nas análises das ciências culturais. Sem descer às nuances das diferentes possibilidades de construção de conceitos típico-ideais (o que também mereceria um trabalho à parte), ateno-me apenas nas diferenciações que Weber propõe entre as duas disciplinas; o autor trabalha esta distinção em diversas passagens da sua *Wissenschaftslehre*, mas seleciono apenas algumas:

é uma ‘realização’ autêntica jamais é superada; jamais será antiquada. As pessoas podem divergir na apreciação da significação pessoal das obras de arte, mas ninguém poderá dizer que tal trabalho ‘foi superado por outro que também é uma realização’. Na ciência sabemos que as nossas realizações se tornarão antiquadas em dez, vinte, cinquenta anos. É esse o destino a que está condicionada a ciência: é o *sentido* mesmo do trabalho científico, a que ela está dedicada numa acepção bem específica, em comparação com outras esferas de cultura para as quais, em geral, se aplica. Toda ‘realização’ científica suscita novas perguntas: *pede* para ser ‘ultrapassada’ e superada. Quem deseja servir à ciência tem de resignar-se a tal fato. As obras científicas podem durar, sem dúvida, como ‘satisfações’, devido à sua qualidade artística, ou podem continuar importantes como meio de preparo. Não obstante, serão ultrapassadas cientificamente – repetimos – pois é esse o seu destino comum e, mais ainda, nosso objetivo comum. Não podemos trabalhar sem a esperança de que outros avançarão mais do que nós. Em princípio, esse progresso se faz *ad infinitum*” (WEBER, 1982, p. 164 – grifos do autor; cf. PIERUCCI, 2003, p. 164).

Obtém-se um tipo ideal mediante a *acentuação* unilateral de *um ou vários* pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos *isoladamente* dados, difusos e discretos, que podem ocorrer em maior ou menor número ou mesmo nunca, e que se ordenam segundo pontos de vista unilateralmente acentuados, formando um quadro homogêneo *de pensamento*. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma *utopia*. A atividade *historiográfica* defronta-se com a tarefa de determinar, em cada *caso particular*, a proximidade ou o afastamento entre a realidade e o quadro ideal, em que medida portanto [por exemplo] o caráter econômico das condições de determinada cidade poderá ser qualificado como “economia urbana” em sentido conceitual (WEBER, 2006b, p. 73 – grifos do autor).

A Sociologia constrói – o que já foi pressuposto várias vezes como óbvio – conceitos de *tipos* e procura regras *gerais* dos acontecimentos. Nisso contrapõe-se à História, que busca a análise e a imputação causal de ações, formações e personalidades *individuais culturalmente* importantes. A conceituação da Sociologia encontra seu *material*, como casos exemplares e essencialmente, ainda que não de modo exclusivo, nas realidades da ação consideradas também relevantes do ponto de vista da História. Forma seus conceitos e procura suas regras sobretudo *também* levando em conta se, com isso, pode prestar um serviço à imputação causal histórica dos fenômenos culturalmente importantes. Como em toda ciência generalizadora, seus conceitos, devido à peculiaridade de suas abstrações, têm de ser relativamente *vazios* quanto ao conteúdo, diante da histórica realidade concreta. O que pode oferecer, em compensação, é a maior *univocidade* dos conceitos. Alcança-se esta maior univocidade pelo ótimo possível de adequação de *sentido*, tal como o pretende toda a conceituação sociológica. Esta adequação pode ser alcançada em sua forma mais plena no caso de conceitos e regras *racionais* (orientados por valores ou por fins). Mas a Sociologia procura também exprimir fenômenos irracionais (místicos, proféticos, inspiracionais, afetivos) em conceitos teóricos e adequados por seu *sentido*. Em *todos* os casos, racionais como irracionais, ela se *distancia* da realidade, servindo para o conhecimento da seguinte forma: mediante a indicação do grau de *aproximação* de um fenômeno histórico a um ou vários desses conceitos torna-se possível classificá-lo quanto ao tipo (WEBER, 2012, p. 12 – grifos do autor).

Podem ser observadas, na ação social, regularidades de fato, isto é, o curso de uma ação repete-se sempre com o mesmo agente ou (às vezes simultaneamente) é comum entre muitos agentes, com *sentido* tipicamente homogêneo. Com estes tipos ocupa-se a Sociologia, em oposição à História, que trata da imputação causal de conexões singulares importantes, isto é, relevantes para o destino (WEBER, 2012, p. 17-8 – grifo do autor).

Os conceitos típico-ideais, então, são *ideais* porque são construções abstratas empiricamente informadas, isto é, elaboradas por meio da acentuação e da exageração de determinados aspectos da realidade empírica (duplamente infinita). Assim, eles não existem – em sua pureza conceitual – na realidade concreta (WEBER, 2012, p. 12). Seja

de desenvolvimentos históricos, de ações sociais ou de objetos culturais, os tipos ideais servem ao conhecimento por meio da atividade historiográfica, que os compara com o curso real dos eventos e das ações. E o resultado desta colaboração é o fim mesmo do conhecimento nas ciências sociais: a elucidação das características e das relações causais de fenômenos significativos em suas singularidades. Desse modo, vê-se que história e sociologia são disciplinas que se constituem reciprocamente, sendo a distinção entre uma e outra puramente formal.

Assim, é através desta distinção que Weber elucida a função metodológica dos conceitos nas ciências sociais, dando sua resposta ao núcleo da *Methodenstreit* e, portanto, ao problema da objetividade do conhecimento das ciências sociais.

Isso significa que, em face da questão que Rickert procura solucionar pela via da filosofia da história, Weber se pergunta não pela objetividade dos valores, mas sim pelo comprometimento para com o valor de verdade (o que envolve o princípio da neutralidade axiológica²¹), pelo método utilizado (que envolve a superação do naturalismo positivista) e pela capacidade que o trabalho demonstrou, dado o material disponível, de construir as provas empíricas da tese que pretende defender, já que a contribuição real e positiva que a ciência pode nos trazer é a *clareza* sobre a realidade social (histórico-cultural) – “que se faça a prova” (WEBER, 2006b, p. 77)²² – e sobre os cursos de ação (e ideais de valor) abertos à escolha individual (WEBER, 1982, p. 177-178)²³, o que Weber chama de “crítica científica de ideias e juízos de valor” (WEBER, 2006b, p. 15)

²¹ Este princípio não alega que a ciência cultural se faz “livre dos valores” ou “contornando-os” por meio de algum recurso metodológico específico (como sugere a equívoca expressão “value-free science”), mas apenas que o conhecimento científico não é prescritivo. Também por economia de espaço não desenvolvo, aqui, esta questão tão satisfatoriamente quanto gostaria (quanto a isso, cf. CIAFFA, 1998; WEISS, 2014).

²² Portanto, um mesmo objeto ou fenômeno pode ser elucidado por diversos conceitos típico-ideais: “o mesmo fenômeno histórico, por exemplo, pode ter, numa parte de seus componentes, caráter ‘feudal’, noutra parte, caráter ‘patrimonial’, numa terceira, ‘burocrático’ e, numa quarta, ‘carismático’” (WEBER, 2012, p. 12).

²³ Quando, na clássica conferência sobre *A ciência como vocação*, Weber encara de frente o problema da “contribuição real e positiva [que] traz a ciência para a ‘vida’ prática e pessoal” (WEBER, 1982, p. 177 e seguintes), ele acaba por fixar um dever-ser nesta que supostamente é a esfera por definição da neutralidade axiológica. E ele o faz na exata medida em que atribui à ciência o papel essencial de promover, nos indivíduos, uma ética específica – a ética da responsabilidade; mas, novamente, apenas me refiro a um tópico que mereceria um tratamento mais detalhado. Indico apenas a passagem da conferência em que mais diretamente Weber defende uma ciência eticamente comprometida: “assim, se formos competentes em nossa empresa [de produzir o autoesclarecimento por meio da “crítica científica”] (o que devemos pressupor, aqui), podemos forçar o indivíduo, ou pelos menos podemos ajudá-lo, a prestar a si mesmo *contas do significado último de sua própria conduta*. Isto não me parece pouco, mesmo em relação a nossa vida pessoal. Sou tentado, novamente, a dizer de um professor que consegue êxito sob tal aspecto: *ele está a serviço de potências ‘morais’; ele cumpre o dever de provocar o autoesclarecimento e um senso de responsabilidade*. E creio que ele estará mais capaz de realizar isso na medida em que evitar conscienciosamente o desejo de impor ou sugerir, pessoalmente, à sua audiência a posição que tomou” (WEBER, 1982, p. 179 – últimos grifos meus).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Preocupado com a validade *empírica* das pesquisas no âmbito das ciências sociais, Weber não se contenta com o estabelecimento das condições formais de possibilidade do conhecimento, de modo que, para provar-se válida, uma investigação histórica ou sociológica acerca de determinado objeto cultural deve, com base no material disponível, mostrar-se empiricamente pertinente na elucidação da questão que se está investigando. E isso porque uma análise pode mostrar-se logicamente correta e, entretanto, empiricamente equivocada. O conhecimento empírico *verdadeiro* (objetivamente válido), portanto, deve não apenas estar em conformidade com a lógica do pensamento, mas igualmente referir-se adequadamente ao objeto empírico sob investigação. Estar em conformidade com as regras lógicas do pensamento, portanto, é condição necessária, porém insuficiente, de um conhecimento que se pretende empiricamente verdadeiro. Como afirma, a este respeito, o próprio Kant,

no que concerne ao conhecimento da simples forma (deixando de lado todo o conteúdo), é igualmente claro que uma lógica, enquanto expõe as regras universais e necessárias do entendimento, deve justamente em tais regras fornecer critérios de verdade. Com efeito, o que os contradiz é falso, porque em tal caso o entendimento se contrapõe às suas regras gerais do pensar, por conseguinte, a si mesmo. Esses critérios, porém, referem-se apenas à forma da verdade, isto é, do pensamento em geral, e são como tais inteiramente corretos, mas insuficientes. Pois, embora um conhecimento possa ser inteiramente de acordo com a forma lógica, isto é, não se contradiga a si mesmo, pode ainda estar sempre em contradição com o objeto. Logo, o critério meramente lógico da verdade, a saber, a concordância de um conhecimento com as leis universais e formais do entendimento e da razão, é em verdade a *conditio sine qua non*, por conseguinte, a condição negativa da verdade: a Lógica não pode ir mais além e descobrir, através de nenhuma pedra de toque, o erro, que não concerne à forma mas ao conteúdo. Ora, a lógica geral resolve em seus elementos a completa atividade formal do entendimento e da razão e os apresenta como princípios de toda avaliação lógica do nosso conhecimento (...). Já que, porém, a simples forma do conhecimento – por mais que possa concordar com as leis lógicas – é de longe insuficiente para constituir uma verdade material (objetiva), ninguém pode apenas com a Lógica ousar julgar sobre objetos e afirmar algo, sem ter recolhido antes, fora da Lógica, uma fundada informação sobre os objetos, para tentar em seguida simplesmente a sua utilização e conexão num todo coerente segundo leis lógicas, ou, melhor ainda, unicamente para examinar os objetos segundo essas leis (KANT, 1974, p. 60-1 – grifos do autor).

Logo, determinar as condições lógicas de possibilidade do conhecimento científico não é estabelecer os critérios positivos de sua verdade; por isso é que Weber sempre



afirmou que é apenas caso a caso, dada a impossibilidade de se determinar critérios gerais (*isto é, lógicos e materiais*) de verdade para o conhecimento especificamente empírico²⁴, que determinado conceito pode mostrar-se pertinente (ou não) na elucidação das características tanto quanto das causas do objeto cultural sob investigação.

A esse respeito, gostaria de encerrar sugerindo (de maneira apenas indicativa) uma leitura de Weber a partir do realismo transcendental: ao formular o problema da objetividade nos termos em que o fez e ao dar a este problema a resposta que deu, não parece absurdo interpretar que Weber pressupôs a existência de um mundo objetivo (independente do sujeito cognoscente) ao qual deve adequar-se – para alcançar o status de conhecimento empírico verdadeiro – o discurso científico. Os tipos ideais, portanto, tanto oferecem meios de expressão unívocos à realidade empírica imanentemente infinita, múltipla e caótica quanto possibilitam (por meio da sua comparação com os cursos concretos de eventos e ações) a sua *descrição factual objetivamente válida*. Quer dizer, Weber, por um lado, argumentou pela vigência de normas históricas e transcendentalmente válidas de pensamento que sustentam a validade objetiva (em sentido formal) do conhecimento científico e, por outro, pressupôs a possibilidade de os conceitos científicos (típico-ideais) corresponderem adequadamente – *em alguma medida*, a depender do processo de comparação e aproximação entre tipos ideais e objetos empíricos – à realidade objetiva. Essa pressuposição é transcendental da mesma forma que o são o princípio da *Wertbeziehung*, os interesses cognitivos (individualizante e generalizante) e as categorias que Weber elabora nas suas discussões em teoria do conhecimento (sendo a de tipo ideal a principal delas); não é outra a tese do realismo transcendental, segundo a qual não é possível fazer ciência sem pressupor uma teoria da correspondência (VANDENBERGHE, 2010, p. 51-54, dentre outras)²⁵.

²⁴ Sobre este ponto em particular, afirma Kant, em importante passagem, que “se a verdade consiste na concordância de um conhecimento com seu objeto, então este precisa, através disso, ser distinto de outros. Com efeito, um conhecimento é falso se não concorda com o objeto com o qual se relaciona, embora contenha algo que poderia ser válido com respeito a outros objetos. Ora, um critério geral da verdade seria aquele que sem diferença de objetos, fosse válido para todos os conhecimentos. É, porém, evidente que – já que nesse critério se abstrai de todo conteúdo do conhecimento (relação com seu objeto) e a *verdade diz respeito exatamente a este conteúdo* – é inteiramente impossível e absurdo perguntar por uma característica da verdade de tal conteúdo dos conhecimentos, e que, portanto, é impossível fornecer um critério suficiente e ao mesmo tempo geral da verdade. Visto termos já acima denominado o conteúdo de um conhecimento a sua matéria, deve-se dizer: não se pode desejar, por ser contraditório em si mesmo, nenhum critério geral da verdade do conhecimento” (KANT, 1974, p. 60 – grifos meus).

²⁵ Sem aprofundar este ponto por falta de espaço, indico apenas minha subscrição à tese geral do realismo transcendental que (mantendo uma tensa relação com Kant) afirma uma ontologia independente da epistemologia (isto é, afirma que as diferentes ou divergentes descrições da realidade dizem respeito a uma mesma realidade, sem recriá-la a cada momento), o que significa, em última instância, reconhecer a

A filosofia da ciência de Weber tinha por objetivo a determinação das *condições* (lógicas, históricas e valorativas) de possibilidade de um conhecimento que se pretende *incondicionalmente* válido – mesmo que inerentemente provisório. Weber parece afirmar, portanto, que embora oriunda de uma época específica, de uma escolha de valor determinada e de um esclarecimento lógico particular, a ciência é capaz (se referir-se adequadamente a seus objetos) de construir verdades que vigoram enquanto tais independentemente de contextos histórico-culturais, posição valorativa e orientação metodológica; embora fruto de determinadas condições, a ciência consegue formular conhecimentos dotados de validade objetiva. Dessa forma, o que Weber fez foi pesquisar as *condições de possibilidade* de um saber dotado de *validade incondicional*, embora permanente e inescapavelmente aberto à controvérsia e à própria superação. Portanto, mesmo sendo histórica do início ao fim, a razão científica não deixa de ser capaz de erigir verdades que não se reduzem à história – tal como indica, mas desenvolve em outros termos, Pierre Bourdieu, segundo o qual

é preciso admitir que a razão não caiu do céu, como um dom misterioso fadado a permanecer inexplicável, sendo, portanto, histórica de cabo a rabo; nem por isso somos obrigados a concluir, como em geral se costuma fazer, que ela seja redutível à história (BOURDIEU, 2001, p. 132).

REFERÊNCIAS

BORCHARDT, Knut. **Os cursos de Max Weber. Economia política geral ou teórica (1894-1898)**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 24, n. 1, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRUUN, H.H. **Weber on Rickert: From value relation to ideal type**. Max Weber Studies, 1(2), pp. 138-160, 2001.

BURGER, Thomas. **Max Weber's Theory of Concept Formation. History, Laws, and Ideal Types**. Duke University Press. Durham, North Carolina, 1976.

possibilidade (e a necessidade) de uma teoria da correspondência em filosofia da ciência: “aceitamos o fato de que a realidade só pode ser conhecida através de diferentes descrições, mas, na ausência de uma teoria da correspondência entre o modelo e a realidade, não podemos averiguar o que a realidade é e terminamos na absurda situação em que existem tantos mundos quantas sejam as descrições sob as quais a realidade pode ser conhecida” (VANDENBERGHE, 2010, p. 54).



- CIAFFA, Jay A. **Max Weber and the Problems of Value-Free Social Science. A Critical Examination of the Werturteilsstreit.** Associated University Presses, Inc, 1998.
- COHN, Gabriel. **Crítica e Resignação: Max Weber e a Teoria Social.** 2ª ed. atual. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. **Max Weber e a História.** São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DRYSDALE, John. Weber on Objectivity: Advocate or Critic? In: Laurence McFalls (org.), **Max Weber's Objectivity Reconsidered.** University of Toronto Press Incorporated, 2007.
- DURKHEIM, Emile. **Da Divisão do Trabalho Social.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GAGNEBIN, Jeanne. Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Obras escolhidas, v.1. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JASPERS, Karl. **Ciência e verdade** (tradução de Antônio Abranches). O que nos faz pensar, [S.l.], v. 1, n. 01, p. 104-117, 1989.
- KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura.** Kant. Os Pensadores. Editora Abril Cultural, 1974.
- KOYRÉ, Alexandre. **Do mundo fechado ao universo infinito.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- LACEY, Hugh. **Existe uma distinção relevante entre valores cognitivos e sociais?** Revista Scientia e Studia, Vol. 1, No. 2, 2003.
- LACEY, Hugh. **Como devem os valores influenciar a ciência?** Filosofia Unisinos, 6(1):41-54, jan/abr 2005.
- LEFORT, Claude. Marx: de uma visão da história a outra. In: LEFORT, Claude. **As formas da história: Ensaios de antropologia política.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- MATA, Sérgio da. **Heinrich Rickert e a fundamentação (axio)lógica do conhecimento histórico.** VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.347-367, Jul/Dez 2006.
- NOBRE, Renarde Freire. **Racionalidade e Tragédia Cultural no pensamento de Max Weber.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. São Paulo, 12(2): 85-108, 2000.
- NOBRE, Renarde Freire . **Weber, Nietzsche e as Respostas Éticas à Crítica da Modernidade.** Trans/Form/Ação, São Paulo, 26(1): 53-86, 2003.

- NOBRE, Renarde Freire . **Perspectivas da Razão: Nietzsche, Weber e o conhecimento**. Belo Horizonte: Argvmentvm Editora (Scientia/UFMG), 2004a.
- NOBRE, Renarde Freire. **Entre passos firmes e tropeços**. Resenha de O Desencantamento do Mundo: todos os passos do conceito em Max Weber, de Antonio Flavio Pierucci. RBCS Vol. 19 nº. 54 fevereiro, 2004b.
- NOBRE, Renarde Freire. **Weber e o Desencantamento do Mundo: Uma Interlocução com o Pensamento de Nietzsche**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 49, no 3, pp. 511 a 536, 2006.
- OAKES, Guy. **Weber and Rickert. Concept Formation in the Cultural Sciences**. The MIT Press, 1998.
- OAKES, Guy. Introductory Essay. In: WEBER, Max. **Critique of Stammer**. The Free Press, 1977.
- PIERUCCI, Antonio Flávio. **O Desencantamento do Mundo: todos os passos do conceito em Max Weber**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2003.
- RICKERT, Heinrich. **Introduccion a los Problemas filosofia de la Historia**. Editorial Nova, Buenos Aires, 1924.
- RICKERT, Heinrich. **Ciencia Cultural y Ciencia Natural**. Segunda Edición. Editora Espasa-Calpe Argentina, S.A. Buenos Aires, 1945.
- RICKERT, Heinrich. **The Limits of Concept Formation in Natural Sciences. A Logical Introduction to the Historical Sciences**. Cambridge University Press, 1986.
- SELL, Carlos Eduardo. **Max Weber e a racionalização da vida**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- SENEDA, Marcos César. **Max Weber e o problema da evidência e da validade nas ciências empíricas da ação**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.
- SIMMEL, Georg. O conceito e a tragédia da cultura. In: Jessé Souza e Berthold Ölze (orgs.). **Simmel e a modernidade**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.
- SIMMEL, Georg. Florença. In: FORTUNA, Carlos (org.). **Simmel: a estética e a cidade**. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- SWEDBERG, Richard. **Max Weber e a Ideia de Sociologia Econômica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. Politeísmo dos valores. In: SOUZA, Jessé (Org.). **A atualidade de Max Weber**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- VANDENBERGHE, Frederic. **A Philosophical History of German Sociology**. Routledge, 1999a.

- VANDENBERGHE, Frederic. Simmel and Weber as ideal-typical founders of sociology. **Philosophy & Social Criticism**. Vol. 25 nº4 pp. 57-80. 1999b.
- VANDENBERGHE, Frederic. **Teoria social realista: um diálogo franco-britânico**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2010.
- WEBER, Marianne. **Biografia de Max Weber**. México; D.F, Fondo de Cultura Economica, 1995.
- WEBER, Max. **Ensayos sobre Metodología Sociológica**. Amorrortu Editores. Buenos Aires, 1958.
- WEBER, Max. **História Geral de Economia**. Editora Mestre Jou, São Paulo, 1968.
- WEBER, Max. **Critique of Stammler**; tradução de Guy Oakes. The Free Press, 1977.
- WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**; GERTH, H. H.; MILSS, C. W. (orgs). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- WEBER, Max. **Ensaio sobre a Teoria das Ciências Sociais**; tradução de Rubens Eduardo Frias; revisão, Maria Ofélia da Costa. Editora Moraes. São Paulo, 1991.
- WEBER, Max. **El Problema de la Irracionalidad em las Ciencias Sociales**. 2ª edição. Editorial Tecnos, S.A. Madrid, 1992.
- WEBER, Max. **Ensayos sobre sociología de la religión. Volume I**. Editora Taurus. Madrid, 1998.
- WEBER, Max. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo**; tradução José Marcos Mairiani de Macedo; revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo de Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004a.
- WEBER, Max. **A gênese do capitalismo moderno**; organização e comentários Jessé Souza; tradução Rainer Domschke. São Paulo: Ática, 2006a.
- WEBER, Max. **A “objetividade” do conhecimento das ciências sociais**; tradução de Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 2006b.
- WEBER, Max. **Religião e racionalidade econômica**. In: COHN, Gabriel (org). Max Weber. São Paulo: Ática, 2006c, p. 142-159 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 13).
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva. Volume 1**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva. Volume 2**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015
- WEISS, Raquel. **Max Weber e o problema dos valores: as justificativas para a neutralidade axiológica**. Rev. Sociol. Polit., v. 22, n. 49, p. 113-137, mar. 2014.

Notas


TÍTULO DA OBRA

Desencantamento do mundo e objetividade científica em Max Weber

Daniel Soares Rumbelsperger Rodrigues

Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), Brasil

danielsoaresrrodrigues@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-8657-8839>

FINANCIAMENTO

O presente trabalho é fruto de desenvolvimentos obtidos a partir da pesquisa referente a dissertação de mestrado, nela recebi bolsa de mestrado CAPES e, por um mês, da CNPq cujo número de processo é nº134263/2019-7.

LICENÇA DE USO

O autor cede à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade

HISTÓRICO

Recebido em: 30/07/2020

Aprovado em: 04/11/2020